

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.300 - PR (2019/0342779-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : MAURO CESAR FERREIRA DE JESUS**  
**ADVOGADO : JAIR LASS - PR059330**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO. ESTELIONATO. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DE INADMISSÃO DO APELO NOBRE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **MAURO CESAR FERREIRA DE JESUS** em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta nos autos que o agravante foi **condenado**, em primeiro grau, pela prática do crime descrito nos arts. 171 e 180, nos termos do art. 69, **caput**, todos do Código Penal, à pena de **4 (quatro) anos e 5 (cinco) meses de reclusão**, em **regime inicial fechado**, e ao pagamento de **267 (duzentos e sessenta e sete) dias-multa** (fls. 393-399).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de **apelação criminal**. O eg. Tribunal **a quo**, em decisão unânime, deu **parcial provimento** ao recurso, para redimensionar a pena para **3 (três) anos e 3 (três) meses de reclusão**, em regime inicial **semiaberto**, e ao pagamento e **128 (cento e vinte e oito) dias-multa**, nos termos da ementa seguinte (fl. 507):

*"RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – RECEPÇÃO E ESTELIONATO – ABSOLVIÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – DOSIMETRIA – PENA-BASE – ABRANDAMENTO INVIÁVEL – REINCIDÊNCIA AFASTADA– ADEQUAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*O consistente conjunto probatório produzido, evidenciando a incursão do agente nos injustos previstos nos*

*arts. 180 e 171, da Norma Punitiva, legitima sua condenação.*

*A pena-base deve ser fixada acima do mínimo legal previsto ao tipo quando existentes circunstâncias judiciais acertadamente sopesadas em desfavor do condenado.*

*“As condenações por fatos anteriores ao apurado na ação penal em destaque, ainda que com trânsito em julgado posterior, não servem, à toda evidência, para caracterizar a agravante da reincidência (...)” (AgRg no REsp 1752146/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018).*

*A pena privativa de liberdade inferior a quatro anos de reclusão imposta ao condenado com as circunstâncias judiciais tidas como desfavoráveis determina a fixação do regime semiaberto para seu cumprimento, nos termos do art. 33, § 2º e § 3º, do Código Penal.*

*Apelação conhecida e parcialmente provida.”*

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, a defesa alegou violação ao **arts. 18, incisos I e II, 171, e 180, todos do Código Penal, e 155 e 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal**. Para tanto, assinalou:

**- Em relação ao crime de estelionato:**

a) atipicidade de conduta, por ausência de dolo. Aduz que “*O Ministério Público não obteve êxito em comprovar, sem sombra de dúvidas, que o réu tinha o **dolo específico** de causar **prejuízo alheio** quando da consumação do suposto delito*” (fl. 561).

b) insuficiência de prova para a condenação. Afirma que “*a acusação não apresentou materialidade de que o réu vendeu o veículo e sabia da situação real da documentação, mesmo porque tal fato só foi comprovado com a análise pericial, fugindo assim de longe do homem médio, em relação de saber sobre a situação jurídica do veículo*” (fl. 563).

c) “*os **indícios colhidos em sede inquisitorial, hábeis a justificar o oferecimento da denúncia, não se robusteceram, durante a fase processual e guiada pelo contraditório, em provas suficientes de autoria delitiva***” (fl. 564).

- **Em relação ao crime de receptação (1º fato):**

a) insuficiência probatória quanto ao dolo específico da receptação.

Asseverou que *"Da prova oral coligida não parece ser possível extrair a conclusão firme de que o réu tinha plena consciência da ilicitude do bem"* (fl. 566).

Apontou, neste sentido, **dissídio jurisprudencial**, com arestos do TJMG: Apelação Criminal 1.0487.12.003584-4/001 e AC 1.0024.15.011651-5/001 (fls. 568-569).

Quanto à apontada violação ao **art. 155 do Código de Processo Penal**, o recorrente afirmou que *"a condenação do agente foi prolatada tão somente, em provas produzidas em sede inquisitorial, as quais não foram, em momento algum, ratificadas em Fase Judicial"* (fl. 573).

Alegou que *"ausentes provas robustas de que o réu praticou as condutas descritas na denúncia, sendo imperiosa, portanto, a sua absolvição com fulcro no princípio do in dubio pro reo, uma vez que a reprimenda criminal exige que a autoria e a materialidade do delito estejam absolutamente comprovadas nos autos"* (fl. 574).

Invocou, neste sentido, **divergência jurisprudencial**, colacionando como paradigmas do TJSP (Apelação Criminal n. 0018188-61.2014.8.26.0451) e do TRF da 3ª Região (Apelação Criminal n. 0000852-54.2004.4.03.6114/ SP), (fls. 574-575).

Pretendeu, ao final, a absolvição, pelos delitos de estelionato e de receptação, ou a desclassificação para a forma culposa do delito de receptação (art. 180, § 3º, do CP), bem como o arbitramento de honorários advocatícios ao Defensor Dativo.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 623-629), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado: i) na aplicação da Súmula 7 do STJ; ii) incidência da Súmula 83, do STJ; iii) aplicação da Súmula 284 do STF; e iv)

não demonstração do dissídio pretoriano, por falta de cotejo analítico das decisões recorrida e paradigmas (fls. 633-640).

Nas razões do presente agravo, postula-se o processamento do recurso especial (fls. 660-676).

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento do agravo** (fls. 705-714).

É o relatório.

**Decido.**

**O agravo não merece ser conhecido.**

O agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, todos os fundamentos apresentados pelo eg. Tribunal de origem, para negar trânsito ao recurso especial, quais sejam, i) a aplicação da Súmula 7 do STJ; ii) incidência da Súmula 83 do STJ; iii) aplicação da Súmula 284 do STF; e iv) não demonstração do dissídio pretoriano, por falta de cotejo analítico das decisões recorrida e paradigmas).

Quanto ao óbice da **Súmula 7/STJ**, a parte agravante limita-se a assinalar, **verbis** :

*"Em relação as violações dos dispositivos, 171 e 180, todos do Código Penal, o Tribunal de Justiça a quo compreendeu pela existência de óbice sumular para análise das questões fáticas-probatórias do caso, contudo, isso não se verifica" (fls. 671)*

*"IV. O quanto pontuado na decisão retro acerca da análise dos artigos 155 e 156 todos do Código de processo penal. O agravante demonstrou no Recurso Especial que a condenação do réu foi prolatada tão somente, em provas produzidas em sede inquisitorial, as quais não foram, em momento algum, ratificadas em fase judicial" (fl. 672).*

*"Nobres ministros, é relevante se dizer que o recurso não se destina a verificação ou não da necessidade de provas, o que pressupõe o reexame do acervo fático probatório (sumula 7-STJ), o argumento de contrariedade a norma Federal é pertinente e visível do interior da decisão atacada, principalmente ante a observação que podem ser revalorados os fatos constantes do acórdão.*

*O recurso portanto baseia-se em elementos admissíveis de conhecimento, em conformidade com o entendimento desta Corte Superior." A valoração da prova em recurso especial pressupões que tenha havido*

***contrariedade a princípios ou norma legal pertinente ao campo probatório.***" (fl. 673).

Em suas razões, a parte agravante não demonstrou a inaplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ, utilizado para impedir a subida do recurso especial a esta Corte.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que o agravante não impugnou a aplicação da **Súmula 7/STJ** de maneira adequada, pois não trouxe cópias de trechos do aresto recorrido e das razões do recurso especial, de maneira a demonstrar a não incidência do referido verbete sumula

Da leitura da petição do agravo (fls. 660-676), verifica-se quanto à aplicação da **Súmula 83 do STJ**, que o agravante não fez nenhuma referência não incidência do referido óbice.

O agravante deveria infirmar, quanto à inaplicabilidade do referido óbice sumular, ao esclarecer o rechaço aos pontos estereótipos da decisão de admissibilidade, bem como comprovar, por meio da indicação de precedentes atuais desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embaraço indicado pelo Tribunal a quo, o que não ocorreu.

Quanto à **Súmula 284 do STF**, também utilizada para obstar seguimento ao apelo nobre, por falta de fundamentação, de igual modo a parte agravante não fez qualquer menção a ela no presente agravo.

Contudo, no caso, deveria o agravante ter comprovado, por meio da contraposição dos argumentos postos no recurso especial e conclusões do acórdão recorrido, a suficiência e adequação do inconformismo, o que não aconteceu.

Por derradeiro, em relação ao dissídio pretoriano, a parte agravante limitou-se a aduzir, **verbis**:

***"Sob o prisma que o recorrente não realizou o devido cotejo analítico a decisão recorrida e os acórdãos apontados como paradigma,***

*contrariando o artigo 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual "em qualquer caso, o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontantes". No entanto, com a devida vênia ao juízo aquo, é incoerente o argumento que sustentou a análise de admissibilidade. Isto porque, o Recurso Especial comporta o julgamento quando a dissídio jurisprudencial, sendo certo que ouve no caso em apreço demonstração adequada da similitude fática entre o acórdão recorrido e aqueles paradigmas. Não procede o fundamento da Presidência do Tribunal inclusive porque é certo que há questões fáticas que estão sujeitas a apreciação da corte Superior, sempre alicerçadas no inteiro teor das decisões recorridas" (fls. 673-674).*

Na espécie, o agravante deveria infirmar o óbice da não comprovação do dissídio jurisprudencial, demonstrando que realizou o necessário cotejo analítico entre os arestos, a fim de demonstrar a similitude fática entre os casos confrontados e a interpretação divergente, conforme exigem os arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Não o fez.

Desse modo, a ausência de impugnação específica dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Na mesma direção, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Conforme entendimento assentado nesta Corte:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator